

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DA
XXXXXX-XX**

Autos do Processo nº: **XXXXXXXX**

FULANO DE TAL, já
qualificado nos autos do processo em epígrafe, assistido pela
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos
do artigo 403, § 3º, do Código de Processo Penal, vêm, perante
Vossa Excelência, oferecer

MEMORIAIS

fazendo-os nos seguintes
termos.

I - BREVE RELATO:

FULANO DE TAL foi
denunciado como incurso na pena do artigo 14, caput da Lei nº
10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).

Inquérito policial às fls. XX;
recebimento da denúncia (fl. XX); citação (fl. XX); resposta à
acusação (fl. XX); audiência de instrução e julgamento (fls. XX).

Os memoriais do MPDFT pugnam a condenação do réu pela prática do crime previsto no artigo 14 da Lei nº 10.826/2003 (fls. XX).

II - DO DIREITO:

Consta dos autos que, no dia XX de XXXXX de XXXX, por volta das XXhXXmin., na XXXXXXXXX, o denunciado possuía algumas munições de porte legal, incidindo, assim, na figura típica prevista no artigo 12, da Lei nº 10.826/03.

A defesa, em suas razões, busca: **a aplicação da pena base no mínimo legal** (pois a conduta do réu não merece nenhum juízo maior de reprovação, à medida que não ultrapassou aos atos necessários à consecução do tipo); **o reconhecimento da circunstância atenuante da confissão espontânea e a fixação de regime inicial mais favorável ao réu.**

III - DO PEDIDO

Ante o exposto, a Defesa Técnica do assistido requer a aplicação da pena base no mínimo legal, o reconhecimento da circunstância atenuante da confissão espontânea e a fixação de regime inicial mais favorável ao réu. Pela gratuidade de justiça, com isenção de dias-multa e custas, por se tratar de pessoa hipossuficiente nos termos da lei.

deferimento. Nestes termos, pede

XXXXXX-XX, XXX.

FULANO DE TAL - Colaborador da Defensoria

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO